

UM RESGATE HISTÓRICO DAS SECAS NO NORDESTE

Daniela Brito Ramos ¹
Hermes Alves de Almeida ²

RESUMO

Este trabalho pretende compreender, através da elaboração de um histórico das principais ocorrências de seca, quais foram as principais políticas públicas associadas ao fenômeno ao longo do tempo através de relatos históricos. Para a realização deste estudo, utilizamos como procedimentos metodológicos, pesquisa bibliográfica e documental em livros, artigos científicos e base de dados do governo disponibilizados na internet. A partir das compreensões obtidas, concluiu-se que ao longo dos anos, a intervenção do Estado no que tange às políticas públicas de enfrentamento aos efeitos da seca foram em suma mitigatórias em caráter paliativo e não permanente, ao passo que a cada encerramento de uma seca, as medidas tomadas outrora são colocadas em desuso até que uma nova seca se manifeste.

Palavras-chave: Seca, Políticas Públicas, Convivência.

INTRODUÇÃO

Uma das características mais expressivas da região Nordeste do Brasil é o clima semiárido, constituindo o bioma caatinga – único do mundo e rico em biodiversidade de espécies. A região, no entanto, sempre testemunhou ao longo da história um fenômeno considerado problema: a seca.

Durante muitos anos, cogitou-se a seca como uma explicação para o impedimento do desenvolvimento nordestino e que seria necessário combatê-la para que a região se desenvolvesse economicamente. Mas como combater um evento eminentemente natural e característico das regiões semiáridas? Essa foi a pergunta chave para que novos paradigmas conceituais surgissem por volta da década de 1990 e trouxessem à tona a ideia de que o problema não era a seca si e sim os efeitos que ela causava diante da ausência de políticas públicas para as populações vitimadas.

O primeiro relato de ocorrência de secas no Nordeste corresponde ao triênio 1580-1583 no século XVI caracterizado pelo episódio em que cerca de cinco mil índios fogem do sertão pernambucano para o litoral com o intuito de escapar da fome. Nos séculos seguintes o fenômeno continuou se manifestando, mas sem intervenções eficazes por parte do Estado.

¹ Estudante do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Estadual da Paraíba - PB, danielaramos557@gmail.com

² Professor orientador: Dr, Universidade Estadual da Paraíba - PB, hermes_almeida@uol.com.br

Essas intervenções somente se mostraram expressivas por volta do século XX com ações como a formação de campos de concentração no Ceará, as frentes emergenciais, o exército da borracha, a criação de órgãos públicos com a finalidade de combater a seca (IOCS/IFOCS/DNOCS) e promover o desenvolvimento do Nordeste (SUDENE e BNB). Contudo, podemos considerar que o grande divisor de águas ocorreu em meados do século XX com o advento do paradigma da “convivência com a seca” em detrimento do “combate à seca”, pois já não fazia mais sentido uma expressão que afirmava ser possível combater um fenômeno eminentemente natural, mas com efeitos sociais expressivos assim que se manifestava.

Este trabalho tem como objetivo apresentar de forma sucinta as principais ocorrências de secas narradas na história nacional. Constitui-se a partir de uma análise bibliográfica e documental com abordagem metodológica qualitativa.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e documental constituindo um estudo qualitativo.

DESENVOLVIMENTO

Até meados da década de 1910, o Nordeste, geograficamente falando, não existia. A região era definida como o Norte do país, a partir de uma espécie de polarização territorial e também conceitual que o distinguiu do Sul industrializado e moderno.

O Norte aparecia – e talvez ainda possa aparecer – no discurso literário, midiático e político, por exemplo, como uma região problema na qual manifestam-se periodicamente as secas e por assim ser, elas (as secas) seriam as principais responsáveis pela eclosão de conflitos sociais como o cangaço e o messianismo. (Albuquerque Jr, 2011).

Em termos geográficos, o “Nordeste das secas”, cuja expressão é atribuída pejorativamente à região do Semiárido desde o Império, teve sua primeira delimitação geográfica com a Lei Federal nº 175 de 1936 que instituiu a criação do polígono das secas. O polígono das secas, como o próprio nome sugere, trata-se de uma divisão geográfica das regiões onde as secas seriam predominantes, contudo, essa divisão a princípio havia sido fomentada mediante os interesses políticos que afloravam na época, de maneira que sua limitação deixava à margem algumas localidades.

É bem verdade, no entanto, que o conceito técnico e eminentemente legal sobre a região somente surgiu com a Lei Federal nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, que trata dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, isto é, sobre o repasse de recursos destinados à manutenção das regiões citadas, legitimando inclusive, o próprio nome Nordeste. (Silva, 2008).

Em 2005, o Ministério da Integração Nacional (MIN) divulgou a delimitação do Semiárido numa versão atualizada, totalizando uma área de 969.589,4 km², abrangendo 1.133 municípios, quase 90% da região Nordeste, deixando à margem apenas o estado do Maranhão.

Conforme Alves (1982), o primeiro relato da ocorrência de secas que consta nos documentos oficiais da história brasileira remete ao século XVI, período em que D. João III tentava traçar e dividir o território recém colonizado em Capitânicas Hereditárias, a fim de dominar toda a área nacional a partir de uma espécie de organização feudal conforme havia sido estabelecido no Reino Lusitano. Entretanto, as linhas divisórias conquistadas e traçadas por Portugal constituíam áreas mais extensas que outras e entre essas áreas, estavam aquelas sujeitas à seca.

Deste modo, uma das primeiras narrativas sobre esse fenômeno, tratava da estiagem ocorrida no triênio 1580-1583, relatada por Fernão Cardin como a “descida” de cerca de cinco mil índios do sertão de Pernambuco para o litoral à procura de alimentos em meio a escassez de alimentos. Neste período, a população que habitava essas áreas correspondia massivamente aos povos indígenas, cuja característica era o modo de vida nômade em decorrência das mudanças ambientais que oscilavam entre secas e também enchentes nas épocas mais chuvosas.

É necessário salientar, que as ocorrências de secas e estiagens continuaram se manifestando por todo o período em que perdurou a colonização, entretanto, nem todas, chegaram a ser relatadas e registradas nos documentos oficiais.

É salutar fazermos a seguinte ressalva em relação aos termos seca e estiagem, pois, em suma, podem parecer sinônimos quando não observados os aspectos temporais aos quais se inserem, visto que, na concepção de Furtado (1993) é considerado seca o processo no qual ocorre o colapso da agricultura, enquanto a estiagem configuraria apenas os períodos posteriores à estação das chuvas ainda que estas sejam irregulares como no caso do semiárido.

Segundo Carvalho (2012), a seca pode ser compreendida através de pelo menos quatro aspectos: meteorológico, agrícola, hidrológico e social. Nesse sentido, a seca meteorológica

ocorre em um período de meses a anos cujas precipitações são abaixo do normal, podendo desencadear outras secas. Já a seca agrícola corresponde a um período em que o solo fica seco e diminui consideravelmente a produção das lavouras. A seca hidrológica ocorre de maneira mais lenta pois corresponde a vazão dos rios e reservatórios que secam fazendo com que a água não consiga ser repostada pois não há precipitação de chuvas. E a seca social é uma “manifestação exacerbada” das secas enquanto um problema que atinge a sociedade, pois a seca só existe onde há pessoas e onde tais pessoas padecem com seus efeitos, cujo principal, é a falta d’água.

Conforme Alves (1982), no século XVII, entre os anos de 1614 a 1690 quase não houve registros de secas nos papéis oficiais, embora tenham ocorrido estiagens em 1603, 1606, 1614-1615, 1645 e 1692 sem muita repercussão. Sobre a seca de 1692 que perdurou por um ano consecutivo, Irineu Joffily, escreveu nesse ano,

[...]os sertões da Parahyba e das capitanias do Ceará e Rio Grande do Norte, possuindo então uma população civilizada muito resumida, por datar apenas uns 40 anos a sua colonização, teriam sofrido, principalmente na sua única indústria, a criação de gado que aí floresceu muito tempo [...] Em 1692 os indígenas foragidos pelas serras reuniram-se em numerosos grupos e caíram sobre as fazendas das ribeiras, devastando tudo. (Joffily, apud Alves, 1982).

Neste sentido, até a primeira metade do século XVII, a base da economia das terras semiáridas estava nas fazendas de gado das Capitanias da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, subsidiada na indústria da carne de sol e da economia açucareira que se instalava no litoral constituindo os engenhos. Aos poucos foi se formando no entorno dessas fazendas pequenos grupos de pessoas concebidas pela miscigenação do branco colonizador, dos escravos que eram traficados para trabalhar nos engenhos de açúcar e dos indígenas que haviam sobrevivido às secas e aos extermínios dos colonizadores.

A última seca do século XVII colocou em crise, além das fazendas de gado, a produção da farinha de mandioca, de milho e feijão na Capitania da Paraíba, de modo que inúmeros escravos não sobreviveram à vida nos engenhos, o que também retardou o crescimento demográfico dos sertões, assim como, o desenvolvimento econômico.

Na primeira metade do século XVIII ainda eram bastante incipientes os relatos documentados sobre as secas. Apenas viajantes estrangeiros e alguns políticos da época dedicavam-se a escrever sobre o assunto. Não havia ainda estudos sobre suas causas, tampouco sobre seus impactos. Nesse período destacamos a ocorrência das secas de 1723, 1777 e 1790.

Para Alves (1982), a seca de 1723, que durou quatro anos vitimou, os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco acarretando tantos estragos que nas palavras de um Senador da época, *até as feras e as aves se encontravam mortas por toda parte*. Frente a tal circunstância, a primeira atitude tomada pelo homem foi emigrar.

Os indígenas fugiam para as serras. Os colonos seguiam o mesmo destino, igualmente procuravam nelas abrigar-se, onde a água era abundante e a terra proporcionava recursos fáceis. [...] Despovoada a região pela emigração determinada pela seca, reduzia-se a capacidade de produção de terra, quando o inverno voltava, como ainda hoje ocorre. Após uma seca, a saída de grande número de emigrantes deixa despovoados os campos, reduzindo, portanto, a produção, fenômeno que determina o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade. (Alves, 1982, p.47).

Com a seca de 1776-1778, quase todos os rebanhos de gado foram extintos nas Capitanias e mais uma vez a emigração passa a ser uma característica marcante, principalmente para os índios e os colonos cujo destino era o litoral, as terras mais frescas das serras e dos vales. Nessa época, a população branca ainda era bastante reduzida e sobrevivia nas fazendas, pois nelas não faltaram alimentos totalmente nos três primeiros anos, entretanto, os rebanhos eram quase sempre dizimados e o que restava repovoaria os pastos logo que o inverno voltasse.

A partir deste aspecto, as fugas, muitas delas desordenadas, acompanhadas por um rastro de fome, sede e angústia, passam a ser um referencial para o sertanejo em tempos de seca, mas que nutria a esperança de retornar a seu lugar de origem assim que as chuvas caíssem e molhassem a terra.

Contam os relatos que na seca de 1790-1793, as águas desapareceram completamente em toda a Capitania, embora tenham ocorrido algumas chuvas, contudo muito finas e escassas entre 1790/91, vitimando assim o gado, os vaqueiros, fazendeiros e os animais domésticos e bravios. As estradas caracterizavam-se pelo amontoamento de cadáveres dilacerados pela fome e sede. “No interior do deserto a população esfaimada e dizimada pela peste nos povoados do litoral, atulhadas de retirantes as Capitanias vizinhas, esmolando uns; furtando outros, trabalhando pouco.” (Alves, 1982, p. 64).

Passado o período dessa seca, a produção no Nordeste volta a apresentar um crescimento visível devido à dispersão das fazendas pela extensão das terras semiáridas. Esse fato foi preponderante para ocasionar o isolamento do homem nos latifúndios como a marca de uma “civilização de raízes rurais” (Holanda, 1995, p.73), herança da colonização cujo berço seria a família patriarcal.

Deste modo, os trabalhos escritos, publicados ou não, neste espaço temporal, compõem material bibliográfico importante pelas suas informações, entretanto não se pode dizer que colaboraram para uma efetivação de um plano estratégico e eficiente aos problemas acarretados pelas secas, pois essas questões ainda chegavam a ser inseridas no bojo dos interesses políticos do império, cujo olhar estava fitado para a economia e as transformações do mundo ocidental em plena efervescência capitalista.

Somente a partir da segunda metade do século XIX, período em que a economia nacional atravessa uma severa crise³, surgem estudos científicos mais aguçados sobre as causas estruturais e também sobre as consequências da miséria no Semiárido. É nessa fase que os problemas acarretados pelas secas passam a ser vistos como problemas institucionais e que necessitavam da intervenção do Estado.

Com relação ao século XIX, destacamos inicialmente as secas de 1844-1846 e 1877-1879, ambas com durabilidade de três anos. Na primeira delas, sobressaiu-se a importância da farinha de mandioca para a subsistência das famílias afetadas. Nesse período, os jornais da época enfatizavam que um saco de farinha era trocado por ouro ou prata, em decorrência da escassez dos alimentos. Já em relação à seca de 1877-1879, Neves (1995) destaca a formação dos “abarracamentos” dos sertanejos nas intermediações de Fortaleza, o que aumentou consideravelmente sua população tornando-a quase quatro vezes maior. A partir dos abarracamentos “a ordem do mundo parecia ter perdido seus referenciais” à luz de um cenário cercado por “epidemias, crises, descatos à recatada moral das famílias provincianas, tragédias indescritíveis se desenvolvem à vista de todos: assassinatos, suicídios, saques, loucura, antropofagia!”. (Neves, 1995, p.94). A fome e doenças infectocontagiosas chegavam a matar mais de 400 pessoas por dia no Ceará na seca de 1879, empilhando aos montes cadáveres indigentes posteriormente depositados em valas a céu aberto sem distinção qualquer. A calamidade social era gritante e ganhava cada vez mais respaldo na mídia nacional.

Alves (1982) aponta que na história das secas, os estados afetados pelo problema atingiram sua melhor fase no período de 1846 a 1876, pois durante esses anos foram registradas cheias quase destruidoras, mas fundamentais para fazer prosperar a agricultura, desenvolver a pecuária e promover avanços consideráveis no comércio, constituindo assim uma espécie de paradoxo climático que oscilava entre secas e cheias.

³ Momento no qual o açúcar vai deixando de ser o principal produto e também a base da economia nacional. Entre finais do século XVIII e início do século XIX, o foco da atenção econômica e produtiva, volta-se para os cultivos de café na região sudeste e aos poucos, o açúcar vai perdendo seu valor comercial.

Todavia, de 1888 a 1889 mais uma seca atinge o Nordeste, sobretudo os estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. A chamada seca dos “três oitos”, cujas consequências repetiam-se, como as migrações, o aumento da prostituição e da criminalidade, resultantes de um cenário cuja a fome e a condição de miserabilidade frente a tal circunstância os empurrava para uma série de conflitos internos – consigo mesmos – e que por vezes eram também externalizados.

Em 1889, “Fortaleza não parecia civilizada e cristã, parecia uma terra de bárbaros” (Neves, 1995). Pessoas famintas, maltrapilhas e sujas compunham os abarracamentos dos subúrbios e outros locais da cidade, provocando um aumento súbito na mendicância e criminalidade, além da exploração sexual das meninas vitimadas por tamanha miséria.

Estima-se que somente no estado do Ceará, somados aos abarracamentos, formaram-se também sete campos de concentração: dois em Fortaleza e os outros em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus e Crato. De acordo com estatísticas oficiais, pouco mais de um mês após a abertura dos campos, os espaços somavam 73.918 aprisionados. (Rios, 2014).

Os campos de Concentração foram pensados *a priori* como um espaço no qual os sertanejos seriam “dignificados” em face à condição de miserabilidade na qual se encontravam. Eram alocados estrategicamente nas proximidades das estações ferroviárias, muito embora a maioria dos sertanejos realizasse suas travessias a pé. A estação compunha uma espécie de elemento simbólico que os libertaria dessa diáspora, pois chegando até ali poderiam partir para o sul (sudeste) idealizado onde não faltava trabalho e onde a seca não iria os assolar.

Os campos constituíam um espaço de controle, no qual os sertanejos eram vigiados e não podiam sair sem autorização. Aquele que saía do campo, era considerado fugitivo e a ocorrência era registrada na delegacia. “Havia um grande número de pessoas confinadas em um espaço para duas mil, e aí aconteceu o inevitável. Muitas doenças, epidemias e o número de mortes diárias era grande. A alimentação, além de ser escassa, era ruim.” (Rios, 2014).

De acordo com Cardoso (2007), as primeiras intervenções públicas de combate às secas no Nordeste constituíram duas fases, num período de 1877 a 1950, concebidas respectivamente como “fase hidráulica” e “fase econômica”, resultantes das marcas deixadas na economia pela seca de 1877-1879. Estima-se que durante essa seca um surto de migrações desordenadas em decorrência da fome passou a ser a característica marcante das terras semiáridas, impulsionando desse modo o poder público a propor e implementar soluções plausíveis para o enfrentamento de tais problemáticas. A partir dessa ocorrência foram criados

os primeiros órgãos responsáveis pelas políticas de “combate as secas” e de desenvolvimento do Nordeste.

A partir da década de 1930, em meio à “Revolução”, a periferia de Fortaleza passa a ser composta por edificações precárias que mais tarde dariam lugar às favelas. Em 1932, ao adentrar a mais um período de seca, o Governo Vargas, na tentativa de “combater a seca”, passa a estabelecer uma série de concessões de benefícios aos flagelados que implicavam na doação de cestas básicas (farinha e feijão de baixa qualidade) e no cadastramento das famílias atingidas nas frentes de trabalho ou frentes de emergência. Essas frentes foram pensadas para a construção de barragens, açudes, estradas de rodagem, em concordância com as oligarquias regionais que dominavam na época. Conhecidas como ações emergenciais de combate à seca, essas seriam as primeiras políticas de intervenção pública frente aos efeitos da seca, após o fracasso dos campos de concentração de 1915.

Em 1940, instituído o Estado Novo, Getúlio Vargas desenvolve o projeto “Marcha para o Oeste”, na tentativa de ocupar e desenvolver o interior do país, sobretudo as regiões Norte e Centro-oeste. É nesse contexto de repovoamento que muitos sertanejos ao desportar os primeiros sinais de seca, passaram a ser conduzidos para o trabalho nos seringais da Amazônia, ao passo que, em novembro de 1942, o governo chega a criar o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) formando o “exército da borracha”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Cardoso (2007), as primeiras intervenções públicas de combate às secas no Nordeste constituíram duas fases, num período de 1877 a 1950, concebidas respectivamente como “fase hidráulica” e “fase econômica”, resultantes das marcas deixadas na economia pela seca de 1877-1879. Estima-se que durante essa seca um surto de migrações desordenadas em decorrência da fome passou a ser a característica marcante das terras semiáridas, impulsionando desse modo o poder público a propor e implementar soluções plausíveis para o enfrentamento de tais problemáticas. A partir dessa ocorrência foram criados os primeiros órgãos responsáveis pelas políticas de “combate as secas” e de desenvolvimento do Nordeste.

A partir da década de 1930, em meio à “Revolução”, a periferia de Fortaleza passa a ser composta por edificações precárias que mais tarde dariam lugar às favelas. Em 1932, ao adentrar a mais um período de seca, o Governo Vargas, na tentativa de “combater a seca”, passa a estabelecer uma série de concessões de benefícios aos flagelados que implicavam na doação de cestas básicas (farinha e feijão de baixa qualidade) e no cadastramento das famílias atingidas nas frentes de trabalho ou frentes de emergência. Essas frentes foram pensadas para a construção de barragens, açudes, estradas de rodagem, em concordância com as oligarquias regionais que dominavam na época. Conhecidas como ações emergenciais de combate à seca, essas seriam as primeiras políticas de intervenção pública frente aos efeitos da seca, após o fracasso dos campos de concentração de 1915.

Em 1940, instituído o Estado Novo, Getúlio Vargas desenvolve o projeto “Marcha para o Oeste”, na tentativa de ocupar e desenvolver o interior do país, sobretudo as regiões Norte e Centro-oeste. É nesse contexto de repovoamento que muitos sertanejos ao despontar os primeiros sinais de seca, passaram a ser conduzidos para o trabalho nos seringais da Amazônia, ao passo que, em novembro de 1942, o governo chega a criar o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) formando o “exército da borracha”.

Em 1945 mais uma seca atinge o Nordeste e nesse ano é criado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), uma nova roupagem é dada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) que havia sido criada em 21 outubro de 1909 pelo decreto federal 7.619. A IOCS tornou-se então o primeiro órgão público institucionalizado para estudar a problemática do semiárido, planejar e executar obras de engenharia que pudessem fomentar a acumulação de água em períodos chuvosos para consecutivamente armazená-la em momentos de estiagem.

Basicamente, as ações da IOCS concentravam-se na construção de açudes públicos e particulares, bem como, na perfuração de poços e drenagens e na abertura de estradas e ferrovias. Dez anos após sua criação, a IOCS sofre uma mudança em sua denominação, passando agora a ser conhecida como IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), porém mantendo em sua essência o planejamento e a execução de obras hídricas.

Para Silva (2008) “a açudagem passou a ser vista como a redenção do Sertão[...]”, como a correção de um ambiente “inapropriado” para o viver humano.

Em 28 de dezembro de 1945, ao ser instituído o decreto 8.846, a IFOCS ganha nova denominação passando agora a ser chamada agora de DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e permanecendo com essa nomenclatura até os dias atuais.

Ademais, as ações da/o IOCS/IFOCS/DNOCS ao longo de sua história, consubstanciaram-se em grande parte na construção de açudes e poços que pudessem viabilizar o acesso à água nos momentos em que as chuvas se tornavam insuficientes no semiárido.

De 1909 até 1980 foram construídos 257 açudes de grande vazão e 26.008 poços perfurados de 1909 a 1992. (Costa *apud* Silva, 2008). Contudo, grande parte dessas construções, correspondiam a áreas particulares pertencentes a políticos ou grandes e médios latifundiários, fazendo com que fosse estabelecido um sistema de dominação em detrimento do sertanejo carente pela água, constituindo assim a chamada “indústria das secas”, isto é, a estratégia coronelista de beneficiar suas terras e seu poderio através da seca. Neste sentido, a seca passou a ser um “negócio” rentável aos grandes proprietários pois os investimentos de ordem pública passavam a beneficiar diretamente as suas terras.

Para Bursztyrn (2008), as obras públicas realizadas pelo DNOCS, sobretudo a construção de açudes e barragens, não foram implementadas em todo o território do Polígono das Secas, o que serviu de estímulo para a formação de medidas paliativas de combate às secas, como a formação do “exército da borracha” e das “frentes de trabalho”, constituindo assim, instrumentos de manutenção dos poderes local (coronelista) e central.

“O coronelismo é sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.” (Leal, 1975). Assim, a estrutura agrária constitui a base de sustentação desse poder local a partir das relações de dependência estabelecidas pela vulnerabilidade social daqueles que dependem diretamente da terra para sobreviver.

Somente após as repercussões das calamidades sociais da seca de 1915, as verbas destinadas às obras públicas do Nordeste tomaram um impulso maior com a criação do Fundo Especial para Obras de Irrigação e Terras Cultiváveis do Nordeste pelo então presidente da república Epitácio Pessoa. O Fundo se instituiria a partir do recolhimento de 2% da receita anual da União somando recursos para a intervenção hidráulica.

Em 1945, com a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e em 1948 da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), é iniciado um novo ciclo na fase hidráulica, que constituiria a base para a política regional desenvolvimentista do Nordeste a

partir da busca de alternativas que pudessem fomentar a geração de emprego e renda e minimizar os índices migratórios. Após a construção das usinas de Paulo Afonso I, II, III e IV, além da barragem de Sobradinho, a usina de Xingó e da primeira usina de energia eólica do Brasil, a CHESF passa a fornecer energia suficiente para alavancar o processo industrial no semiárido.

Somado a intervenção hidráulica, emerge em 1950 uma nova perspectiva que visava reverter o retrocesso econômico e social da região apresentando alternativas que pudessem desenvolvê-la. Para Furtado (1998), entretanto, o grande problema do Nordeste não está em seu “atraso econômico” e sim em sua “estrutura social”, que assume feições de um mercado de trabalho incipiente que não propicia as condições mínimas para a oferta de emprego e “[...] emprego não é somente uma questão de renda; é também uma condição de sobrevivência da população.” (Furtado, 1998 p. 18).

Nesse contexto foram criados o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) como suportes capazes de analisar as entranhas do processo histórico da região e a partir dessa análise modificar os seus indicadores sociais.

Criado em 19 de Julho de 1952 pela Lei Federal nº 1.649 na forma de economia mista, na qual o governo detinha 51% das ações, o BNB surge como uma instituição destinada a estruturar a economia nordestina, contribuindo para a implantação de empreendimentos industriais e agropecuários que pudessem promover uma mudança considerável na região. Atualmente o BNB coordena os programas de Microcrédito Produtivo (CREDIAMIGO) e Microfinança Rural (AGROAMIGO) na perspectiva de melhorar as ações desenvolvidas pelos microempresários e agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Em 1959, no Governo Juscelino Kubitschek é criado a SUDENE, com o intuito de promover o desenvolvimento do Nordeste a partir da geração de emprego e renda através de propostas que pudessem estimular o processo de industrialização. Sob a direção do economista paraibano Celso Furtado subsidiado nos estudos realizados no Grupo de Estudos e Trabalhos sobre o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) iniciados nos anos 1950, a SUDENE tinha o objetivo de fomentar estudos e diagnósticos que propiciassem o desenvolvimento regional baseado na industrialização, vista como palavra-chave para “combater o atraso do Nordeste”.

De acordo com Cardoso (2007), a SUDENE atravessou períodos distintos em seu processo histórico. Podemos destacar, desse modo, a fase de 1959 a 1970, baseada no planejamento das políticas de desenvolvimento regional, e a fase da reorientação na política de desenvolvimento regional no Brasil instituída a partir da década de 70 pelo governo militar, oferecendo maior ênfase ao setor agrícola através, por exemplo, dos programas PIN-PROTERRA e PROVALE, além do Polonordeste e do Projeto Sertanejo.

O PIN (Programa de Intervenção Nacional) possuía como objetivo a “colonização” da Amazônia e do Nordeste devido ao baixo índice demográfico existente em tais regiões ainda no século XX, enquanto o PROVALE buscava incentivar a irrigação no Vale São Francisco, afim de subsidiar a ocupação das terras semiáridas e frear a incidência emigratória, bem como ofertar trabalho e renda.

Em 1975 emerge o Polonordeste com o propósito de direcionar ações ao “combate à pobreza rural”, a partir da prestação de atendimentos básicos às famílias de pequenos produtores rurais nordestinos, como educação, saúde, acesso a estradas, a energia elétrica, bem como, a serviços de assistência técnica, extensão rural e ao crédito agrícola.

Já em 1976, é instituído o Projeto Sertanejo que previa a “reorganização da estrutura fundiária”, através da concessão de crédito para a modernização da produção agrícola e da pecuária.

Assim, os estudos realizados por Celso Furtado, ainda à frente do GTDN concluem que o atraso do Nordeste não se limitava ao fenômeno da seca como sustentavam políticos e proprietários rurais por muito tempo. Ainda que a seca fosse um fator determinante para a instauração de conflitos, o problema do Nordeste tratava-se de um problema econômico inserido no campo do subdesenvolvimento. “Tratava-se na verdade, de um, problema estrutural, e que deveria estar situado no contexto do próprio desenvolvimento econômico brasileiro, e não apenas no Nordeste.” (Cardoso, 2007, p. 132-133).

O subdesenvolvimento, portanto, pode ser compreendido como o resultado de um processo histórico autônomo que de certa forma não permitiu que o Nordeste conseguisse se inserir no processo de modernização nacional que se deu através da reprodução dos padrões de consumo dos países centrais – Europa e EUA – associado ao discurso do da seca como entrave ao progresso.

Para Josué de Castro (2008) a fome seria um dos principais, senão o principal elemento constituinte do subdesenvolvimento. Trata-se de uma calamidade, de um fenômeno que não tem causas naturais e sim sociais. É na verdade, uma praga social criada pelo próprio

homem em detrimento de sua própria espécie baseada em aspectos dominantes de exploração e manutenção das desigualdades. A fome é uma espécie de tema pouco aconselhável de se tratar publicamente, pois acarreta em morte se não saciada.

Não se trata de uma sensação permanente,

A sensação de fome não é uma sensação contínua, mas um fenômeno intermitente com exacerbações e remissões periódicas. De início, a fome provoca uma excitação nervosa anormal, uma extrema irritabilidade e principalmente uma grande exaltação dos sentidos, que se acendem num ímpeto de sensibilidade, a serviço quase que exclusivo das atividades que conduzam à obtenção de alimentos e, portanto, à satisfação do instinto mortificador da fome. Desses sentidos há um que se exalta ao extremo, alcançando uma acuidade sensorial incrível: é o sentido da visão. No faminto, enquanto tudo parece ir perecendo aos poucos em seu organismo, a visão cada vez mais vai se acendendo, vivificando-se espasmodicamente. (Castro, 2008).

O Subdesenvolvimento é assim, uma condição *sine qua non* que mais expressa as desigualdades sociais. “O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um subproduto do desenvolvimento.” (Castro, 1953). Mas o que convém chamar de desenvolvimento? Durante décadas, sobretudo, no Brasil na década de 1930, alguns especialistas associavam a ideia de desenvolvimento ao crescimento econômico, investido no avanço da tecnologia e do setor industrial. Hoje sabe-se que o desenvolvimento trata-se de um conceito amplo e multidisciplinar que vai além da perspectiva econômica.

Sachs (2008) considera que o grande desafio da sociedade contemporânea é desenhar uma estratégia de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável, economicamente sustentada e socialmente justa à luz de condições de emprego decentes e remunerações dignas, pois este é o principal obstáculo ao desenvolvimento. Neste sentido, a perspectiva de Sachs sobre o desenvolvimento implica diretamente na garantia de trabalho e renda que dignifiquem de fato as pessoas no sentido de fazer com que elas se vejam como sujeitos de direitos, garantindo assim suas cidadanias.

Para superar o subdesenvolvimento, Furtado (2013) propunha três iniciativas que deveriam ser inseridas nas agendas governamentais e que poderiam transformar a realidade da região se houvesse “vontade política” para tanto. Essas iniciativas seriam: 1) Coletivização dos meios de produção através da autogestão e planificação centralizada; 2) Prioridade à satisfação das necessidades básicas mediante a garantia de direitos básicos mediante ação política; e 3) Ganho de autonomia externa a partir do fortalecimento do mercado interno.

Baseado nos conceitos de Guimarães Duque, Furtado (1998) parte do pressuposto de que se uma política preventiva fosse desenvolvida antes que uma seca se manifestasse ela não

seria o flagelo que aflige a tantos. Para tanto, seria necessário criar uma economia resistente à seca através de conhecimento da região, mobilização do crédito e da assistência técnica, repensando o Nordeste a partir de suas potencialidades.

Em termos climáticos, o Nordeste tem uma incidência pluviométrica razoável, mas sua estrutura social é sobremaneira frágil, pois depende diretamente da agricultura. Para Furtado (2013), no Nordeste há uma espécie de divórcio entre o homem e o meio, e entre as características mesológicas e ecológicas da região, no entanto, existe uma diversidade biológica que não há em nenhum outro lugar do mundo, pois o bioma Caatinga é exclusivo do Brasil, e é necessário estudá-lo e conhecê-lo a fundo.

Ademais, a SUDENE representou um marco histórico para a modernização agrícola do Nordeste. Nesse âmbito, merece respaldo a criação dos perímetros irrigados e dos polos industriais de Recife, Salvador e Fortaleza, a ponto de entre as décadas de 1960/1970 a região ter atingido um crescimento de 3,5% no seu Produto Interno Bruto (PIB), e entre as décadas de 1970/1980, no chamado “milagre brasileiro”, um aumento de 8,7%, superando inclusive a média nacional de 8,6%. Diante desse contexto, o que explica esse feito inédito? As razões pelas quais “o milagre” aconteceu implicam diretamente na política econômica adotada, voltada para a concentração de renda, privatizações e outras estratégias protecionistas que visavam causar o enxugamento do Estado.

Um dos maiores investimentos da SUDENE em termos infra estruturais se refere ao suporte ao *Polo Petrolina-Juazeiro* no que tange ao desenvolvimento da fruticultura de maneira expressiva através dos perímetros irrigados ali constituídos. O Complexo Agroindustrial do Vale do São Francisco é considerado uma das figuras mais emblemáticas do país desde a década de 1960 no que tange a projetos de cultura irrigada, além de fornecer subsídios para a prática da piscicultura e pecuária de pequeno porte (caprinos e ovinos). (Silva, 2008).

Entretanto, embora o Estado tenha modificado o foco de suas atenções na implementação de políticas intervencionistas a partir dos anos 1950 – período de transição entre as ações hidráulicas para as econômicas – a lógica governamental na região nesse período continuou baseada em ações assistencialistas, através de distribuições de cestas básicas e criações de frentes de trabalho. Nesse contexto, o modelo desenvolvimentista impulsionado pela intervenção estatal do país começa, no entanto, a mostrar-se em crise a partir dos momentos iniciais dos anos 80 – a *década perdida*.

Celso Furtado (1959), justifica o fracasso da intervenção Estatal a partir dos moldes pelos quais fora constituída a economia nacional: de um lado prevalecendo a economia do Centro-Sul (industrializada e com investimentos maciços na exportação) e de outro lado, a economia do Nordeste (vulnerável às secas) que agora assumia feições privatizadas e começava a perder sua autonomia.

Mesmo com a implementação dos grandes projetos (hidráulicos) sobre o Nordeste, apenas uma parcela restrita de sua população fora beneficiada, visto que, grande parte da “operacionalização” desses projetos dispensava mão-de-obra pois eram construídos a partir de máquinas e equipamentos modernos, gerando assim poucos empregos e contribuindo quase nada para o desenvolvimento regional.

Portanto, as políticas (hidráulicas e econômicas) implementadas pelo poder Estatal frente aos impactos acarretados pelas secas e com vistas a perspectiva de propiciar o desenvolvimento econômico da região infelizmente não chegaram ao alcance de todos devido a descontinuidade de suas ações ao cessar uma seca e retornar ao semiárido os invernos.

De 1979 a 1984, ocorreu uma outra prolongada e abrangente seca. Centenas de saques foram efetuados no Ceará por trabalhadores dilacerados pela fome. Armazéns, feiras livres, prédios públicos, tudo era alvo dos famintos. Surtos de desnutrição tornaram-se frequentes nesse período, a ponto de 3,5 milhões de pessoas chegarem a óbito, em sua maioria crianças de 0 a 5 anos.

A partir de 1980, com o processo de redemocratização do país, novas ações são articuladas para mais uma vez tentar combater os efeitos catastróficos da seca, dentre elas a prática do manejo da caatinga e da implementação de tecnologias voltadas para a captação e armazenamento de água da chuva.

Segundo Diniz e Piraux (2011), a década de 1990 tem como um dos marcos estruturais a mudança nas concepções sobre o desenvolvimento do Nordeste por parte de novos atores sociais que passam a resgatar e desenvolver propostas que levem em consideração sobretudo a perspectiva do desenvolvimento sustentável do Semiárido, o que implica diretamente na ideia de convivência com o Semiárido, cujo escopo seria aprender a conviver com as especificidades ambientais e peculiaridades climáticas a fim de promover estratégias que propiciem o desenvolvimento, não apenas em termos econômicos, mas sobretudo em aspectos sociais.

De 1992 a 1993 uma estiagem se manifesta nos estados nordestinos e também em parte do norte de Minas Gerais. Embora os impactos não tenham sido tão significativos como em

ocasiões anteriores, nesse ano, “foram alistados 2,1 milhões de pessoas nas Frentes de Emergência, criadas pelo Governo Federal” (Silva, 2008, p.68). Contudo, conforme já mencionamos, a maioria delas, eram realizadas nas propriedades dos grandes fazendeiros que possuíam maior poder aquisitivo e que de certo modo “aprisionavam” as obras em suas terras. Ao sertanejo era concedido uma remuneração mensal de aproximadamente CR\$ 2.500,00 (equivalente a aproximadamente R\$ 20,00 nos dias de hoje) e uma cesta básica com mantimentos (arroz quebradiço, feijão, farinha e rapadura) de baixa qualidade – numa tentativa de contenção de gastos aos cofres públicos.

Ao adentrar ao século XXI, já no ano de 2001, outra seca se manifesta nos Estados do Nordeste, momento em que todo o país atravessava uma crise no setor de energia elétrica. Os jornais da época anunciavam que os reservatórios hidrelétricos das regiões Sudeste e Centro-Oeste chegaram a comportar menos da metade da sua capacidade hídrica, o que ocasionou ondas de “apagões” em todo o país, enquanto no Nordeste, o abastecimento de água através de carro-pipa tornou-se constante, formando extensas filas de centenas de pessoas a fim de encher seus reservatórios de água.

Deste modo, ao longo dos séculos, inúmeras ações foram desenvolvidas na região semiárida na tentativa de “combater a seca” e viabilizar melhores condições às vidas dos sertanejos, contudo o fenômeno tende a se perpetuar pois trata-se de uma característica “natural” de seu ciclo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da seca inspirou por muitos anos o discurso de que a sua ocorrência costumeira seria a causa determinante do atraso do Nordeste e que tal ocorrência era passível de intervenção por que se tratava de um fenômeno eminentemente natural. Contudo, os efeitos sociais evidenciavam a necessidade de intervenção por parte do poder público haja vista as calamidades ocasionadas sempre uma seca se manifestasse.

O discurso da seca mostrou-se essencial em muitas obras da literatura nacional, por exemplo, ao mesmo tempo que apresentava o enredo de um romance, denunciava também problemas de natureza social que implicavam em migrações, fome, perdas na agricultura e na pecuária, entre outras.

Somente a partir da década de 1990, com o advento do paradigma da convivência com a seca, é que mudanças significativas acontecem em termos de inserção de políticas públicas

como a concessão de cisternas, água através de carro-pipa e água dessalinizada para consumo humano, por exemplo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. – 5 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Joaquim. História das secas: séculos XVII a XIX. 2. Ed. Mossoró: Esam, 1982.

BURSZTYN, Marcel. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. – Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CARDOSO, Gil Célio de Castro. O estado desenvolvimentista e o nordeste: entre o assistencialismo e a tecno-buracracia-economista. *In.*: A atuação do Estado no Desenvolvimento Recente do Nordeste. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2007. p.117-155.

CASTRO, Josué de. Geopolítica da Fome. 2ª ed Rio de Janeiro: casa do estudante do Brasil 1953.

CARVALHO, Otamar de. A seca e seus impactos. *In.*: A Questão da Água no Nordeste / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Águas. – Brasília, DF: CGEE, 2012.

DINIZ, Paulo César Oliveira. PIRAUX, Marc. Das intervenções de combate à seca às ações de convivência com o Semiárido: Trajetórias do ‘Experimentalismo Institucional no Semiárido Brasileiro. Caderno de Estudos Sociais. v. 26, nº 02, p. 227-238, jul./dez. Recife: 2011.

FURTADO, Celso. Essencial Celso Furtado. Org. apres. e notas de Rosa Freire d’Aguiar. – 1ª ed. – São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

_____. Seca e poder: entrevista com Celso Furtado/ entrevistadores Maria da Conceição Tavares. Manuel Corria de Andrade, Raimundo Pereira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. – 26. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEAL, Vítor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil; Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

NEVES, Frederico de Castro. Cural dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915-1932). Revista Brasileira de História. v.15, nº 29, p. 93-122. São Paulo: 1995.

RIOS, Kênia Sousa. Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. – Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SILVA, Roberto Marinho Alves. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2008.